



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

**“A MÃE DO CORPO E OS CUIDADOS NA MENSTRUÇÃO”: MULHERES
POTIGUARA DA PARAÍBA E AS PRÁTICAS DA SAÚDE INDÍGENA**

MARILAYNE ROSENDO VICENTE

Rio Tinto

2026

MARILAYNE ROSENDO VICENTE

**“A MÃE DO CORPO E OS CUIDADOS NA MENSTRUACÃO”: MULHERES
POTIGUARA DA PARAÍBA E AS PRÁTICAS DA SAÚDE INDÍGENA**

Relatório de pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Antropologia, com habilitação em Antropologia Visual, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luziana Marques da Fonseca
Silva

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Maria Ribeiro de
Oliveira

Rio Tinto

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V632a Vicente, Marilayne Rosendo.

"A mãe do corpo e os cuidados na menstruação":
mulheres Potiguara da Paraíba e as práticas da saúde
indígena / Marilayne Rosendo Vicente. - Rio Tinto,
2026.

23 f.

Orientação: Luziana Silva.

TCC (Graduação) - UFPB/CCAIE.

1. Menstruação. 2. Territorialidade. 3. Mulheres
Potiguara. I. Silva, Luziana. II. Título.

UFPB/CCAIE

CDU 39(81=082)



Universidade Federal da Paraíba

Campus IV – Centro de Ciências Aplicadas e Educação

Coordenação do Curso de Bacharelado em Antropologia

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia 09 de abril de 2026, reuniu-se no laboratório do Arandu, a COMISSÃO JULGADORA, composta pela Professora Luziana Marques da Fonseca Silva Presidenta da banca examinadora (orientadora), a professora Luciana Ribeiro (Coorientadora) e pelas professoras Alessa Cristina Pereira de Souza e Thayná Donato Gomes, como membros da banca examinadora, para avaliarem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Marilayne Rosendo Vicente, participou da banca de defesa do trabalho de conclusão de curso (TCC) com o tema: "A Mãe do Corpo e os Cuidados na Menstruação": Mulheres Potiguara da Paraíba e as Práticas da Saúde Indígena, matrícula 20180094520, como requisito para conclusão do Curso de Bacharelado em Antropologia desta Universidade. O presente trabalho de conclusão de curso teve como título: "A Mãe do Corpo e os Cuidados na Menstruação": Mulheres Potiguara da Paraíba e as Práticas da Saúde Indígena, sendo orientado pela presidenta da comissão. Após análise e deliberação foi atribuído a média final 10,0 (dez), estando a aluna considerada APROVADA.

POR SER VERDADE FIRMAMOS O PRESENTE

Professora Orientadora

Professora Coorientadora

Membro da Comissão

Membro da Comissão

LISTA DE ABREVIACÕES

T.I – Território Indígena

PB – Paraíba

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

AMGIP-PB – Associação das Mulheres Indígenas Potiguara da Paraíba

APARBEP-PB – Associação das Parteiras e Benzedadeiras Potiguara da Paraíba

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

TCC – Trabalho de Conclusão do Curso

RESUMO

Este relatório de pesquisa acompanha o filme “A mãe do corpo e os cuidados na menstruação”, produzido como Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Antropologia com habilitação em Visual na Universidade Federal da Paraíba. O trabalho analisa as práticas de cuidado à saúde menstrual entre mulheres indígenas Potiguara do litoral norte da Paraíba, sob uma perspectiva intergeracional, compreendendo como essas mulheres conduzem seus ciclos menstruais entre o saber ancestral e o saber biomédico. O problema central que orienta a pesquisa é a tensão entre a concepção Potiguara de menstruação como saúde — expressa na noção nativa de “mãe do corpo” — e o progressivo silenciamento dessas práticas pela colonização territorial e cultural. A metodologia é fundamentada no conceito de posicionalidade de Tuxá (2023), situando a pesquisadora como mulher Potiguara que investiga seu próprio povo; foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observação participante e produção audiovisual etnográfica como instrumento de conhecimento e comunicação (Barbosa; Cunha, 2006). O referencial teórico articula a noção de territorialidade de Raffestin (1993), o conceito de ritual de Peirano (2001), a crítica à expropriação dos saberes femininos em Federici (2017) e a perspectiva contracolonial de Bispo (2023). O filme é um resultado da pesquisa e evidencia a resistência dos saberes sobre a “mãe do corpo” enquanto as condições territoriais e comunitárias permitem essa transmissão como um ato político de reconexão com as práticas ancestrais de cuidado.

Palavras-chave: Menstruação; Territorialidade; Mulheres Potiguara; Saberes Ancestrais; Antropologia Visual.

ABSTRACT

This research report accompanies the film "A mãe do corpo e os cuidados na menstruação" ("The Body's Mother and Menstrual Care"), produced as a Final Project for the Bachelor's Degree in Anthropology with a Visual specialization at the Federal University of Paraíba. The work analyzes menstrual health care practices among Potiguara indigenous women from the northern coast of Paraíba, through an intergenerational perspective, examining how these women navigate their menstrual cycles between ancestral knowledge and biomedical knowledge. The central problem guiding the research is the tension between the Potiguara conception of menstruation as health — expressed in the native notion of "mãe do corpo" (body's mother) — and the progressive silencing of these practices through territorial and cultural colonization. The methodology is grounded in Tuxá's (2023) concept of positionality, situating the researcher as a Potiguara woman investigating her own people; semi-structured interviews, participant observation, and ethnographic audiovisual production were carried out as instruments of knowledge and communication (Barbosa; Cunha, 2006). The theoretical framework draws on Raffestin's (1993) notion of territoriality, Peirano's (2001) concept of ritual, Federici's (2017) critique of the expropriation of feminine knowledge, and Bispo's (2023) counter-colonial perspective. The film is an outcome of the research and highlights the resilience of knowledge surrounding the "mãe do corpo" insofar as territorial and community conditions allow for its transmission as a political act of reconnection with ancestral care practices.

Keywords: Menstruation; Territoriality; Potiguara Women; Ancestral Knowledge; Visual Anthropology.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA: Posicionalidade na pesquisa e a comunicação digital indígena	9
2.1 O percurso investigativo	10
2.2 A imagem como método	11
3 ANÁLISE ANTROPOLÓGICA: A “mãe do corpo” — menstruação, território e saberes Potiguara	13
3.1 As interlocutoras	16
3.2 Saberes perseguidos: colonização dos corpos e das práticas ancestrais	17
3.3 Entre a consciência menstrual dominante e as práticas contracoloniais	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
5 REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

A menstruação é um sistema biológico complexo de alguns corpos humanos e não-humanos e ocorre em determinada fase da vida simbolizando a vitalidade daquele corpo. Embora seja um fenômeno biológico, o assunto não se limita às questões físicas, mas passa por influências do contexto social ao qual se insere. Dessa forma, a experiência menstrual não pode ser restringida ao viés biológico, pois há uma diversidade social que molda a gestão do ciclo menstrual (Persdotter, 2020 apud Ferreira, L.; Vasconcellos, B. & Abreu, A., 2024). A maneira de menstruar está diretamente ligada aos modos de vida de cada grupo social, assim, as narrativas sobre a menstruação são construídas com base em cada experiência individual que dá forma à consciência coletiva, conforme discutido no seguinte parágrafo:

Menstruação e território não são palavras automaticamente associadas, o mais comum é pensar que se estes dois termos se conectam é porque o território da menstruação é o corpo. Sim, menstruar acontece no corpo. Mas a descrição biológica da experiência física não esgota o assunto. Há diferentes cenários, territórios e narrativas que caracterizam o que é menstruar e que incidem no modo como a experiência é vivida. Todos esses elementos constituem a maneira como a sociedade educa as pessoas sobre a menstruação. (Persdotter, 2020 apud Ferreira; Vasconcellos; Abreu, 2024, p. 181).

Nas culturas originárias do Brasil, o fenômeno da menstruação está representado nos modos de vida dos povos e nas suas especificidades, nas narrativas orais ou nas ritualísticas presentes nesta diversidade cultural. O aprofundamento da análise sobre a gestão menstrual neste estudo está direcionado às práticas de saúde e ritos (Peirano, 2001) que indicam a organização social, cultural e política, expressas sob a temporalidade do povo Potiguar, na Paraíba. Vale ressaltar que os impactos do sistema capitalista e patriarcal sob as sociedades brasileiras moldam as subjetividades, os manejos e as experiências sobre os ciclos menstruais, conforme descrito:

No entanto, na zona de contato com sociedades não indígenas — nos contextos da migração urbana, educação do Estado, trabalho assalariado, por exemplo — e com a entrada crescente de tecnologias de reprodução biomédica na regulação de corpos ameríndios, as práticas em torno da menstruação estão se modificando de modo surpreendente. (Oliveira; Nahum-Claudel; Martín, 2023, p. 2).

Ao observar o contexto social, compreende-se que ao se tratar da menstruação, o imaginário social é permeado por tabus e desinformações. Utilizam diversos termos para substituir a palavra que ganha um sentido pejorativo e soa como algo indevido quase como

um palavrão ao ser pronunciado. Alguns eufemismos como estar “naqueles dias”, “de boi”, “de chico”, “doente” — o que remete a fisiologia do corpo como adoecimento naturalizado — são usados para evitar o termo. Enquanto expressões como “chegou os tempo”, “se formou” ou “virou mocinha”, sinalizam a primeira menstruação. A palavra em si simboliza a vergonha, o nojo e o repúdio para um grande quantitativo de pessoas e o silenciamento favorece a violação dos direitos das pessoas que menstruam (Prado, 2024). Essa estigmatização opera como mecanismo de controle social e reflete a misoginia inerente ao sistema colonial capitalista que fundamenta os desconfortos simbólicos do ato de menstruar.

O povo indígena Potiguara paraibano, ao qual pertenço, permanece no mesmo território desde a invasão (Cardoso, T.; Guimarães, G. 2012), construindo uma história de resistência desde o início da colonização. O contato com a cultura não-indígena traz impactos diretos à cultura originária que não é estática, mas mutável. Dessa forma, a adaptabilidade ao sistema hegemônico transforma os antigos modos de vida, como exemplo dos sistemas agrícolas, à medida que a monocultura se expande na Terra Indígena (T.I) Potiguara. Assim, a compreensão do corpo-território torna-se fundamental para entender como as violências e os silenciamentos impostos aos territórios refletem simultaneamente nos corpos. As consequências geradas pelo estigma da menstruação recaem simbólica e fisicamente não como uma questão individual, mas como uma mancha da colonização. Desse modo, a busca pela dignidade menstrual mostra-se como uma retomada da territorialização (Raffestin, 1980).

O conceito de posicionalidade de Felipe Tuxá (2023), aplicado nesta pesquisa, traz luz à reflexão do posicionamento político na qual o protagonismo indígena se expande na produção de saberes no campo da antropologia. Enquanto indígena Potiguara graduanda em antropologia, pesquisar sobre meu próprio grupo étnico significa colaborar para o beneficiamento comunitário relacionado à qualidade da experiência menstrual dentro do território. Este fato relaciona a contracolônização discutida por Bispo (2023), acionando ações a fim de romper com os “padrões de adestramento” da cultura eurocêntrica. Fortalecendo a autogestão territorial por meio das práticas ancestrais presentes na contemporaneidade, conduzindo a soberania de povos originários em relação aos seus próprios modos de vida de forma atemporal. Dessa maneira, é importante enfatizar que os povos indígenas, especialmente as mulheres, estão a ocupar os espaços de posicionamento políticos e protagonismos na sua própria história para não sucumbir aos padrões dominantes.

Este relatório de pesquisa acompanha o filme “A mãe do corpo e os cuidados na menstruação”, realizado como TCC — Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em

Antropologia com habilitação em Visual na Universidade Federal da Paraíba. O estudo tem como objetivo analisar e refletir sobre as práticas de cuidados à saúde na fase menstrual entre as mulheres Potiguara no litoral norte da Paraíba, compreendendo como estas conduzem os ciclos menstruais balanceando entre o saber biomédico e o saber ancestral, a fim de promover ações socioeducativas a partir das interculturalidades. Aqui me refiro especificamente às mulheres cis Potiguara, apesar da existência de outros corpos que experienciam a menstruação, o recorte de gênero nessa pesquisa não abrange os corpos transmasculinos e intersexo que existem dentro da T.I Potiguara no litoral norte da Paraíba. Para tanto, foram realizadas coletas de dados etnográficos a partir de anotações no diário de campo, gravações, filmagens, entrevistas semiestruturadas e acervo pessoal. O relatório está organizado da seguinte forma: a primeira seção apresenta a metodologia e posicionalidade da pesquisadora; a segunda seção discorre sobre as análises das significações referentes à menstruação; a terceira seção mapeia os cuidados à saúde indígena; e, por fim, as considerações finais retomam a discussão da importância de uma consciência menstrual contracolonial. Enquanto o filme, com duração de 13 minutos, constrói uma narrativa sobre a luta da mulher indígena pela saúde, direitos e território, demonstrando o cotidiano Potiguara junto aos ensinamentos das avós.

2 METODOLOGIA: Posicionalidade na pesquisa e a comunicação digital indígena

O conceito de posicionalidade, elaborado por Felipe Tuxá (2023) no contexto do debate sobre antropologias indígenas, constitui o fundamento epistemológico central desta pesquisa. Para Tuxá, nenhum sujeito ocupa uma posição universal ou neutra na produção de conhecimento; este ponto de partida é necessário para qualquer comunicação interétnica justa, pois os vínculos sociais, étnicos e territoriais de quem pesquisa são cruciais para compreender o que está sendo dito, como e por quê — sendo esses tipos qualitativamente distintos de conhecimento produzidos a partir da experiência de “ter estado lá” e a de “ser de lá/fazer parte do grupo” (TUXÁ, 2023, p. 65).

A expansão da produção de conhecimento acadêmico no campo da antropologia representada pelo protagonismo indígena implica um tipo de escuta e de interpretação enraizada na experiência vivida e no pertencimento étnico e territorial. Enquanto mulher Potiguara estudante de antropologia pesquisando as práticas de saúde das mulheres do próprio povo, minha posição não se limita ao acesso facilitado ao campo, mas retrata uma

epistemologia consciente e política de diálogos e trocas significativas. Tal posição carrega responsabilidades ao citar as tensões que existem dentro do próprio campo de pesquisa. Enquanto as relações entre pesquisadora e interlocutoras acontecem de forma não hierárquica, principalmente quando, entre as contribuintes, encontram-se também mulheres que produzem saberes acadêmicos e comunitários para o território. Além disso, essa posicionalidade pode ser a garantia de que esta pesquisa não seja um monólogo acadêmico sobre a comunidade, mas uma contribuição que possa, de fato, chegar às mãos das futuras gerações Potiguara.

2.1 O percurso investigativo

O processo intenso de investigações, acerca dos estudos sobre a menstruação, ocorreu entre 2023 e 2025, em diálogos formais e informais com diversas mulheres, na captação das narrativas menstruais. A etnografia (Clifford, 2014) combinada com os registros documentais, observação participante, revisão bibliográfica, reflexões a partir de áudios sobre a temática disponibilizados em plataformas digitais e entrevistas semiestruturadas compõem a construção das narrativas visuais e escritas neste relatório juntamente ao material audiovisual. Essa metodologia possibilitou uma percepção sensível das simbologias menstruais e experiências pessoais de cada uma das contribuintes, bem como ajudou a realizar o mapeamento dos dados relativos às práticas de cuidado com o corpo no período menstrual, as ritualísticas, observar as distinções dos modos de vida intergeracionais, nas práticas de autossustento, e relação socioambiental.

As conversas foram feitas com cerca de 10 mulheres Potiguara, jovens e adultas de faixas etárias entre 24 e 62 anos, embora apenas duas das interlocutoras contribuíram de forma mais aprofundada por meio de diálogos recorrentes, entrevistas e gravações com TCLE — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ao abordar mulheres adultas para dialogar sobre a temática da menstruação, a interferência do tabu dificultou a continuidade da conversa; com algumas mulheres a conversa conseguia fluir, mas não se mantinha após o pedido de dar início às gravações de áudio, com reações nítidas de desconforto e vergonha. Outras jovens contribuintes, por inibição, não se aprofundaram sobre o tema, alegando que as anciãs fariam melhor sobre as práticas, mas relataram, ainda com o gravador desligado, sobre sua primeira menstruação e os cuidados referentes. Desse modo, para garantir a integridade dos dados das participantes, o método de análise do caderno de campo permitiu reflexões significativas na ausência da imagem e áudio captados sobre as percepções e

experiências das mulheres Potiguaras em relação à menstruação e aos rituais associados. O campo investigativo também ocorreu de maneira espontânea com diversas mulheres do cotidiano, ao abordar o tema nos encontros do movimento indígena em conversas durante todo o processo desta pesquisa. A pesquisa é motivada pela análise sobre a concepção de uma boa relação com a menstruação a partir das práticas culturais na T.I Potiguara. Os dados qualitativos coletados e transmitidos na escrita da pesquisa de campo, junto à realização da peça filmica, expressam a ampliação da comunicação por meio da linguagem da antropologia visual, incluindo novas formas de produção de conhecimento a partir da alteridade incutida na imagem e som (Barbosa; Cunha, 2006).

Compreende-se que cada experiência menstrual é única; portanto, o intuito desse estudo não é romantizar as relações com a menstruação, ao entender as disfunções ginecológicas que podem acometer algumas pessoas, tornando esse momento desconfortável. Há também outros corpos que vivenciam a experiência menstrual, como as transmasculinas, intersexo e não binárias, mas essa pesquisa parte do recorte de gênero feminino entre mulheres cis na T.I Potiguara PB. A pesquisa busca encontrar pontos de semelhanças e distinções intergeracionais complementares que constroem os resultados sociais e moldam as subjetividades a respeito da menstruação, para além do contexto da biologia e em suas concepções étnico-sociais. Muitas vezes, as jovens entram nessa nova fase da vida de início dos ciclos e recebem pouca ou nenhuma informação, seja pelo tabu que interfere diretamente na maneira como esse diálogo acontece entre as famílias, ou por meio de abordagens sobre o tema que dão visibilidade apenas aos aspectos biológicos pautados pelas instituições escolares ou de saúde.

2.2 A imagem como método

As linguagens audiovisuais definem formas específicas de percepção do mundo e proporcionam subjetividades e modos de compreensão e interpretação próprias. Mais que um método, as linguagens visuais promovem cenários que geram uma outra maneira de pensar novos e velhos campos da antropologia e se mostram particularmente eficazes para compreender em novas direções o imaginário humano, individual e coletivo (Samain, 2005). Nesse sentido, o audiovisual e a escrita do relatório não se hierarquizam, mas se complementam nesta pesquisa; o filme e o relatório juntos se potencializam e um transmite aquilo que o outro não consegue alcançar.

A narrativa visual se constrói com imagens do cotidiano nas aldeias: São Miguel, onde está a memória, as práticas e os saberes das ancestrais que vieram antes dessa pesquisa e primeiro ensinaram-me a ser uma mulher Potiguara. Na aldeia Alto do Tambá e Benfica, por onde percorri em busca de demonstrar os cenários que representam contemporaneamente o grupo étnico Potiguara. Por fim, na Forte, local onde a interlocutora Cida viveu sua infância, juventude e que reside até hoje, construindo a narrativa fílmica contextualizada nessa territorialidade das aldeias localizadas na cidade da Baía da Traição. O território Potiguara tem 32 aldeias e está distribuído em 3 cidades no litoral norte da Paraíba: Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto.

A escolha por uma metodologia que inclui o audiovisual é motivada pela dinâmica na comunicação sugestiva da expressão de alteridade, conduzindo a uma imersão nas próprias memórias, as representações que o cotidiano nas aldeias Potiguara propõe e busca enfatizar a história das mulheres na contemporaneidade. A seleção de imagens antigas do acervo pessoal, junto ao roteiro visual do TCC, cria a estética e narrativa do filme. A imagem é uma maneira de produção de conhecimento que demonstra outras formas de pensar, ver e comunicar para além da narrativa escrita. A produção visual não se limita à escrita e constrói uma narrativa própria que está situada neste relatório:

A imagem pode ser pensada como uma questão de método, como artefato cultural passível de se tornar objeto da antropologia como linguagem audiovisual que constitui alternativa à etnografia clássica para elaboração e divulgação dos resultados de pesquisa e ainda como subsídio para uma discussão epistemológica da prática antropológica. (BARBOSA; CUNHA, 2006, p. 7-8).

Os dispositivos utilizados foram uma filmadora handycam e um gravador de voz LYB-06. No primeiro momento da abordagem, as conversas ocorreram sem o gravador; ao serem comunicadas sobre a objetividade da pesquisa, na realização do filme e da coleta de dados qualitativos, as mulheres diziam querer continuar ou não; só após sentirem-se confortáveis em gravar e filmar, duas das interlocutoras concederam as gravações de voz que aconteceram no segundo encontro. Após a seleção das imagens e com base nos relatos, encontramos-nos novamente para captar as imagens pensadas para a representação das vozes gravadas, os detalhes dos traços e gestos das interlocutoras que concederam suas identidades como forma de resistência e afirmação.

A seleção das imagens do cotidiano Potiguara indica o pertencimento com o campo da pesquisa. A narrativa inicia na Marcha das Mulheres Guerreiras Potiguara da Paraíba em Baía

da Traição, 2021, captadas por mim durante a caminhada. Além das imagens do cotidiano familiar entre os ensinamentos da agricultura repassados pela minha avó para minha irmã, também captados por mim em 2021, as paisagens naturais e urbanizadas dizem sobre o feminismo indígena e a luta pela saúde, direito e território, os saberes e tradições repassados por gerações, e a disputa colonialista demonstrada pela disputa entre a agricultura familiar e a monocultura da cana-de-açúcar, revelando as desigualdades socioambientais. A nova geração acessa os meios digitais com maior facilidade em comparação ao uso de tecnologias digitais dos seus pais, mães e avós; dessa forma, o público jovem que não acompanhou a oralidade das suas anciãs pode interagir com esse material audiovisual disponibilizado em plataformas digitais e em outros meios educativos, poderá despertar interesse pelo tema, sugerindo uma busca por conhecimento das narrativas sobre os cuidados menstruais enquanto compreende o seu posicionamento político. Acessar as imagens e refletir sobre as representações que carregam na memória, na emoção, na sensação descreve a humanidade relacionando o real ao imaginário relativo (SAMAIN, 2005, p. 21). Dessa forma, ao acessar essa maneira de pensar a narrativa visual e as narrativas ancestrais, constrói-se a continuidade cultural de conhecimentos ancestrais contemporâneos.

3 ANÁLISE ANTROPOLÓGICA: A “mãe do corpo” — menstruação, território e saberes Potiguara

No território Potiguara da Paraíba, a menstruação anuncia um sistema de saberes transmitidos pelas mulheres mais velhas que organizam o cuidado do corpo dentro de uma lógica territorial e comunitária, evidenciando esse fenômeno para além do contexto biológico. Desse modo, o conceito de ritual é aplicado sob análise antropológica pela perspectiva de Peirano (2001), evidenciando as práticas agrícolas de produção de alimento e autossustento no modo de vida da agricultura familiar, relacionados aos ritos do primeiro ciclo menstrual a partir do roçado. A tradicionalidade do cuidado com a saúde menstrual faz parte da cultura Potiguara há muitas gerações, onde as mulheres mais velhas repassam esses saberes para as meninas que estão entrando na fase da puberdade. Como forma de amenizar o fluxo, os possíveis desconfortos físicos que possam surgir e a duração do ciclo menstrual, as ritualísticas praticadas pelas ancestrais contam com elementos naturais e simbólicos relacionados diretamente à agricultura familiar Potiguara como os leirões — técnica agrícola que consiste em amontoados no solo em formato de linhas alongadas para plantação,

geralmente de tubérculos — também citados na Cartilha Potiguara (BAKKER, 2002) e a "transição", ou primeira menstruação:

Quando a menina índia tem sua menstruação pela primeira vez, costuma-se mandar ela comer a cabeça de uma pimenta malagueta, pular três cabeças de leirões e contar três estrelas à noite. Isso servirá para diminuir os dias do ciclo menstrual (fica em três dias) e não sentir dores durante o período da menstruação. (Severina Faustino — diretora — Aldeia São Francisco. In: BAKKER, 2002, p. 35).

A dimensão simbólica dos cuidados ocorrem nos campos da saúde física e emocional, concebendo uma consciência da relação com a menstruação. Essas práticas do cotidiano constituem o relacionamento com o corpo-território. Com base no relato de Cida sobre sua primeira menstruação e os cuidados repassados pela sua avó:

“Meu pai sempre plantava batata, sempre tinha aqueles leirões. Aí ela (avó) ‘vá pular os leirões’, aí eu pulava, mas ela ficava olhando, sabe? [...] não comer comida carregada, não tomar banho de mar, não podia tomar banho de rio, tinha que passar esses dias em casa de repouso. Minha avó fazia uns chás, me rezava também, tinha todo aquele cuidado.” (Cida Potiguara, entrevista, 2024).

Os cuidados com o corpo no período menstrual, como o resguardo, os alimentos que devem ser evitados enquanto o corpo repousa durante o período da menstruação são relatados em muitos territórios tradicionais (Soares, 2024). No que se refere à T.I Potiguara, mesmo com a interferência do tabu no diálogo sobre as questões menstruais, as práticas agrícolas e os saberes ancestrais envolvem o fenômeno da menstruação por meio de elementos do cotidiano, o roçado. Esses saberes são praticados desde os tempos mais antigos a fim de promover bem-estar durante esse momento.

A expressão "mãe do corpo", usada pelas mulheres Potiguara mais velhas para se referir ao útero, carrega uma concepção de saúde bastante diferenciada da biomedicina — o útero não é um órgão reprodutivo isolado, mas o centro de uma relação entre o corpo, a espiritualidade e o território. Como pude observar na entrevista coletada, na qual a interlocutora conecta a saúde mental à saúde ginecológica e à dimensão espiritual:

“O que eu conheço é isso, que a primeira menstruação tem que ter todo cuidado pra não quebrar a menstruação, não quebrar ali, aquele ciclo. Por ser uma coisa que vem do útero tem que ter muito cuidado, porque principalmente pode atingir a mente da mulher, porque aquilo pra ela é algo novo, então tá relacionado também a questão espiritual dela. Minha avó sempre dizia que o úterozinho da gente é a mãe do corpo, aí tem que ter muito cuidado, é tipo uma mulher tá de resguardo, aí a crença que eu tenho é essa que a menstruação tem que ter cuidado, principalmente as meninas que menstruam pela primeira vez.” (Cida Potiguara, entrevista, 2024).

Do mesmo modo, em outro relato, a interlocutora faz referência ao útero sob a concepção de saúde integrativa. As duas interlocutoras de gerações diferentes convergem no mesmo entendimento, em que o útero está ligado à condição de bem-estar. Conforme a fala:

“A minha avó sempre diz assim, que menstruação é saúde, ela tem esse jeito de falar sabe? Num sei se tá certo, ou se num tá, mas ela fala assim, que menstruação é saúde.” (Bianca Potiguara, entrevista, 2025).

O conhecimento ancestral compreende a conexão entre corpo e território, com a perspectiva das práticas de cuidado combinadas aos elementos do cotidiano Potiguara, indicando que o rito da primeira menstruação só pode acontecer onde existe a presença das avós, da agricultura familiar, juntamente com as práticas territoriais. Para Raffestin (1993), o território não é apenas um espaço geográfico, mas um campo de relações que sustentam as práticas culturais. Os relatos acima mostram como essa territorialidade acontece na T.I Potiguara PB. Embora a comunicação sobre os ciclos menstruais muitas vezes só aconteça após o rito — o que demonstra a consequência do silenciamento gerado pelo tabu que atravessa a experiência menstrual dessas pessoas —, é notável como a modernização influencia as práticas contemporâneas, desafiando a continuidade dos saberes ancestrais. Isso ocorre pelo fato da adaptabilidade aos modos de vida caracterizados pelo sistema capitalista. É importante entender que essa problemática indica que há Potiguaras que não passaram pela ritualística por consequência de tais estigmas. A naturalização de problemáticas como o tabu, a vergonha e o nojo da menstruação aponta os padrões da cultura dominante. Esse estigma está relacionado especificamente aos homens, como relatado por Cida:

“A gente tinha medo do sangue passar nera, nem tanto pelas mulheres, era que os homens vissem a gente sangrando, a roupa suja, era como ali fosse uma coisa absurda.” (Cida Potiguara, entrevista, 2024).

Durante as filmagens para compor a narrativa visual sobre o território, me deparei com um grande desafio: encontrar um roçado para fazer a captação das imagens dos leirões. “Lavoura hoje em dia é difícil de encontrar, o povo quer plantar mais cana”, relatou seu Messias, na aldeia Benfica, dono do quintal onde realizei as gravações para a construção do material audiovisual. Este fato demonstra que quando a agricultura familiar perde espaço para a monocultura da cana-de-açúcar, o que está em risco não é apenas o solo, mas as próprias

tradicionalidades. Um dado etnográfico que demonstra que o território e o saber estão interligados.

3.1 As interlocutoras

Bianca Potiguara, 24 anos, é técnica de enfermagem na saúde indígena pelo SESAI — Secretaria Especial de Saúde Indígena. É também comunicadora audiovisual no Memórias Potiguara, Águas Potiguara e APARBEP — Associação das Parteiras e Benzedeiras Indígena Potiguara PB, natural da aldeia São Francisco, município da Baía da Traição. Mãe de uma criança pequena, Bianca transita entre os saberes biomédicos que aprendeu em sua formação técnica e os saberes ancestrais que aprendeu com sua bisavó e com a avó. Uma referência na comunicação indígena Potiguara PB.

Aparecida dos Santos Bezerra é parteira indígena, enfermeira, mestranda e ativista política pela saúde e pelos direitos das mulheres Potiguara. Natural da Aldeia Forte, em Baía da Traição. É também mãe e avó. Cida aprendeu desde cedo o conhecimento das parteiras com as anciãs. Co-fundadora da AMGIP-PB — Associação das Mulheres Guerreiras Indígena Potiguara da Paraíba — e integrante da APARBEP. Sua contribuição à pesquisa reúne o saber empírico transmitido pelas parteiras da comunidade, a formação acadêmica em enfermagem e o engajamento no movimento indígena. Uma referência de liderança política que representa as mulheres Potiguara na saúde indígena e na luta por direitos.

Ambas são profissionais da saúde, portanto, a familiaridade com o assunto da menstruação, facilitou o diálogo aberto sobre suas experiências. Além disso, Bianca e eu compartilhamos espaços de comunicação e saúde indígena nos projetos Memórias Potiguara e na Associação de Parteiras e Benzedeiras Potiguara PB; e Cida é uma liderança que conheço pelo movimento das mulheres, na AMGIP-PB e APARBEP. Essa proximidade que facilita as contribuições para a pesquisa, pode ser um desafio metodológico que Gilberto Velho (1978, p. 39) bem define: familiaridade e conhecimento antropológico não são a mesma coisa. Aquilo que convivemos cotidianamente pode permanecer opaco, justamente por parecer óbvio demais para ser interrogado; dessa forma, o familiar não é necessariamente conhecido. O trabalho de estranhamento acontece ao transformar encontros do cotidiano em entrevistas formais, ao formular perguntas que diariamente não aparecem de forma explícita, narrativas menstruais diferentes do que abordamos nos encontros. Pelo fato de ser um tabu, outras mulheres não se sentiram confortáveis para gravar e mantiveram seus relatos apenas quando o

gravador estava desligado, permanecendo o sigilo; outras anciãs alegaram, ainda, não recordar essa fase.

3.2 Saberes perseguidos: colonização dos corpos e das práticas ancestrais

O tabu que pesa sobre a palavra "menstruação" na T.I Potiguara PB é um traço cultural carregado de significados relacionados às perseguições colonialistas aos corpos e conhecimentos femininos. Federici (2017) descreve o fenômeno global da caça às bruxas como estratégia de expropriação dos saberes femininos. Ao abordar sobre o assunto, a fim de investir nas investigações, lembro-me de um momento que marcou o contato com as mulheres durante o estudo sobre o tema. Em um encontro de formação de lideranças Potiguara, no curso do Anama, curso de extensão oferecido pela UFPB, ao qual participei nos anos de 2024 e 2025. No módulo sobre as mulheres, algumas anciãs formaram a mesa para partilhar seus saberes sobre educação, língua Tupi, saúde e movimento indígena. Durante o intervalo, abordei uma anciã informando sobre a proposta da pesquisa, enquanto perguntava sobre seu conhecimento a respeito do tema; primeiramente ela relatou que não lembrava e sugeriu que eu conversasse com uma outra anciã presente. Me direcionei e conversei com ela, mas essa relatou que saiu do território ainda criança para morar em outro estado e, por isso, não passou pelo rito. Na saída, a primeira anciã, que não tinha visto que eu já havia abordado a segunda, se aproximou de mim e chamou a outra anciã, e perguntou baixinho: "ela quer saber se tu passou pela 'transição'". Então a segunda anciã respondeu a mesma coisa que havia me falado anteriormente.

Observei duas questões: a primeira percepção só surgiu algum tempo depois, ao rever os dados desse momento no diário de campo. Compreendi que o rito só pode acontecer por meio do contato direto com o território e o vínculo com a cultura; a menina que saiu do território e retornou quando já adulta não pôde ritualizar seus ciclos. Isso influencia também na dificuldade de circularidade dos conhecimentos ancestrais. Assim como foi para mim, fiz o trajeto contrário, não nasci no território e vim morar na aldeia antes da minha primeira menstruação acontecer, mas, não passei pelo rito, conheci esse saber por meio da minha prima mais velha, que menstruou primeiro e contou sobre a experiência da menstruação e da ritualística que havia passado. Outra percepção do campo foi sobre um certo pudor das mulheres mais velhas, que se referiam ao tema falando baixinho e usando outros termos como "transição" para tratar sobre o rito referente à primeira menstruação. Este fato afetou a minha

conduta. O sentimento que me ocorreu naquele instante era como um "nó na garganta"; ao mesmo tempo que queria falar bem alto "menstruação", me contive e segui o tom de voz delas. Ali entendi outras dimensões do campo e me adaptei. A entrevista com Bianca ilustra bem essa questão, ao dizer que a forma como elas — sua mãe, tias e avós — foram ensinadas a não falarem sobre menstruação, sobretudo diante dos homens, demonstra o tabu no ambiente cotidiano.

O silêncio não é esquecimento; é uma estratégia de sobrevivência aprendida por gerações de mulheres que viram seus saberes sobre o corpo serem perseguidos. O que Bianca descreve como o "segredo da mulher" é a marca de uma violência histórica que se naturalizou. O dado etnográfico significativo para se pensar foi percebido durante a tentativa de entrevistar algumas mulheres mais jovens que se sentiam inseguras, como se não tivessem propriedade para falar sobre as práticas aprendidas com as avós, sobre os cuidados na menstruação e principalmente em relação ao rito de pular três leirões. A colonização pode ocorrer de forma naturalizada quando não sabemos as práticas, os modos de vida e a história dos nossos. Também durante as investigações, uma colaboradora de 48 anos de idade relatou “antigamente minha avó não usava nem pano, porque a menstruação não era muita, quando vinha era pouquinho sangue, escorria na perna, aí passava uma água e pronto”. As mudanças entre as gerações são muitas, mas, faço a seguinte reflexão: a cultura é mutável, mas o que é essencial permanecer para o futuro das gerações indígena Potiguara?

3.3 Entre a consciência menstrual dominante e as práticas contracoloniais

Durante a história da humanidade, a globalização foi se expandindo enquanto a urbanização e industrialização foram moldando modos de vida rurais, e a saúde da mulher foi sendo impactada. Sob uma perspectiva sanitária, de “higienização” e “praticidade”, os absorventes de plástico e os produtos mercantilizados entraram em uso:

As “antigas” formas de menstruar foram progressivamente se modernizando. As toalhas de algodão reutilizáveis foram substituídas pelos absorventes e tampões descartáveis e os saberes das mulheres sobre o cuidado com o corpo sangrando, substituídos pelos conhecimentos científicos, médicos e farmacêuticos: “o saber biomédico hegemônico sobre o corpo menstrual foi deslocando paulatinamente o saber das mesmas menstruantes sobre seus corpos para outorgar-lhe ao saber legítimo da Medicina” (Terzibachian, p. 53, 2017 apud Prado, 2024).

A substituição dos panos de algodão pelos absorventes descartáveis industriais não representa apenas uma mudança de insumos, mas a introdução de uma lógica mercantilista que molda a gestão menstrual e gera desconforto aos corpos, além da problemática ambiental. Por outro lado, a lei da Dignidade Menstrual fornece os materiais para as pessoas em vulnerabilidade social. O questionamento se dá sobre o benefício para o próprio corpo ao utilizar um absorvente de plástico com compostos químicos que causam irritação à pele, à crítica sobre a descartabilidade e a degradação ambiental. A “consciência menstrual dominante” (Bobel, 2010 apud Oliveira et al., 2023) refere-se ao sistema que apresenta a menstruação como algo a ser escondido, controlado e medicado pelo mercado. O relato trazido pela interlocutora menciona:

“Hoje eu fico observando o quanto é confortável, é muito confortável usar um paninho porque é frio, sabe? Principalmente se for um pano assim de algodão, um pano frio, é muito bom [...] e absorvente não, é aquela coisa de plástico, quente, feito pra deixar a gente desconfortável mesmo, e o OB, os absorventes internos? Esse nem se fala, parece um monstro, é tudo que eu fico prestando atenção, tudo que foi feito pra mulher foi feito de uma forma que deixa desconfortável.” (Bianca Potiguara, entrevista, 2025).

Essa fala retrata a inversão da narrativa do progresso, fazendo refletir sobre a substituição dos panos reutilizáveis por absorventes descartáveis a partir da lógica sanitária, na indústria do lucro, que não leva em conta o bem-estar dos corpos e não investe em produtos como os absorventes descartáveis biodegradáveis, feitos com algodão orgânico, sugerindo uma solução de redução aos incômodos e alergias causadas pelo plástico e componentes químicos e como uma forma de amenizar também os impactos ambientais. Quando estas questões sugerem uma tentativa de apagamento das práticas culturais, também demonstram que, mesmo com a mercantilização da menstruação, as práticas de cuidado com plantas medicinais seguem vivas no território Potiguara como tecnologias ativas de cuidado integral com o corpo-território. Como relatado por Cida:

“Se banhar com a aroeira, com babatenom no asseio íntimo também, a gente pode tá fazendo isso [...] depois de três dias minha avó preparava o banho com as ervas: capim santo, erva cidreira, colônia [...] se faz esses banhos pra tirar tudo o que não presta de cima da gente, cuidar dessa questão espiritual também, fazer aquele primeiro momento, é um ritual em si.” (Cida Potiguara, entrevista, 2024).

As garrafadas, chás, rezas, defumação e banhos de ervas revelam um sistema de cuidado que não separa o físico do espiritual, o individual do coletivo, o corpo do território.

Como mencionado acima, “é um ritual em si”, expressão que identifica e organiza o social conforme a dimensão de ritual descrita por Peirano (2001). Essas ações demonstram a continuidade da cultura originária como um ato político de cuidado. Práticas ancestrais como essas fortalecem a territorialização e contrapõem a lógica capitalista. Dessa maneira, há uma urgência em contracolonizar os regimes de adestramento da cultura popular (Bispo, 2023) para se desprender das amarras coloniais e conquistar a liberdade e soberania do próprio povo. Compreendendo sob a luz da alteridade, a importância da educação indígena no cultivo do autossustento que põe em ação a autonomia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados etnográficos coletados nesta pesquisa indicam os desafios para sustentar as práticas ancestrais de cuidado à menstruação que são ameaçadas pelo avanço da monocultura sobre os roçados, pela migração das jovens para o contexto urbano e pelo silêncio colonial que intimida a transmissão do saber. A perspectiva intergeracional revelou que os saberes sobre a “mãe do corpo” resistem onde as condições para resistir ainda existem. As interlocutoras, de gerações distintas, confluem no entendimento de que o útero é o centro de um sistema de saúde que não separa o físico do espiritual, nem o individual do coletivo. Os dados mostram a fragilização dessas práticas diante das pressões coloniais. Reconectar as práticas à memória ancestral é um ato político mais que necessário para a continuidade da cultura originária.

O filme “A mãe do corpo e os cuidados na menstruação” e este relatório, ao se complementarem, aproximam as pessoas ao fundamento analítico, as vozes, os gestos, os silêncios e os saberes que circulam no território (Barbosa; Cunha, 2006). Juntos, cumprem o compromisso que Tuxá (2023) coloca como fundamento da pesquisa indígena: o retorno à comunidade, o diálogo que nunca é monólogo.

Esta pesquisa tem limites que importa nomear. O recorte de gênero se concentrou em mulheres cisgênero Potiguara, não abrangendo todos os corpos que menstruam dentro da T.I. As interlocutoras principais pertencem a aldeias específicas do litoral norte da Paraíba, e a diversidade interna do território não foi inteiramente contemplada. Essas lacunas indicam horizontes que possibilitam pesquisas futuras: como as práticas de cuidado menstrual variam entre aldeias com diferentes graus de urbanização? Como as jovens Potiguara que estudam fora do território reconstroem ou ressignificam esses saberes? Qual o papel das parteiras

indígenas na educação menstrual contemporânea? São perguntas direcionadas que podem vir a ser respondidas em outras futuras pesquisas.

Este estudo é uma semente plantada nos dois espaços que ocupo — a comunidade e a academia — na esperança de que os saberes das mulheres Potiguara sobre os cuidados com a “mãe do corpo” continuem sendo transmitidos de avó para filha, de anciã para as meninas e de pesquisadora para pesquisadora, ocupando todos os espaços étnico-sociais possíveis.

5 REFERÊNCIAS

- BAKKER, Lianete. Cartilha Potiguara. (Língua Portuguesa). Baía da Traição: Ministério da Educação; FNDE; Governo da Paraíba; Secretaria da Educação e Cultura, 2002.
- BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da. Antropologia e imagem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Coleção Ciências Sociais Passo-a-Passo, v. 68).
- BEZERRA, Aparecida. Relato sobre experiência menstrual. Entrevista concedida a Marilayne Vicente. Baía da Traição, 25 ago. 2024.
- BISPO, Antônio (Antônio Bispo dos Santos). A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.
- CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Corrêa (org.). Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.
- CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERREIRA, Luciane; VASCONCELLOS, Bruna; ABREU, Ana. Menstruação e território: narrativas sobre o ciclo menstrual entre mulheres de diferentes contextos sociais. Revista Antropológica da UFSCar, São Carlos, v. 16, n. 1, p. 178-202, 2024.
- OLIVEIRA, Samir; NAHUM-CLAUDEL, Chloe; MARTÍN, Juana. Apresentação do Dossiê: Corpo e menstruação na Amazônia. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 66, n. 1, p. 1-12, 2023.
- PEIRANO, Mariza. A análise antropológica de rituais. In: PEIRANO, Mariza (org.). O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; NuAP, 2002. p. 17-40.
- PRADO, Michelle Alves. Dignidade menstrual e direitos reprodutivos: acesso e equidade no contexto brasileiro. São Paulo: Edições CEBRAP, 2024.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca: como pensam as imagens. CNPq, 2005.
- SILVA, Bianca. Relato sobre experiência menstrual. Entrevista concedida a Marilayne Vicente. Baía da Traição, 18 set. 2025.

- SOARES, Elaine. Práticas de cuidado menstrual em territórios tradicionais brasileiros. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 2024.
- TUXÁ, Felipe. Antropologias indígenas e a questão da posicionalidade. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 48, n. 1, p. 61-66, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.10519>.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica: objetividade, passagem, dramaturgia e amor*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.